

GRUPO DE AMIGOS DE CABO VERDE NO PARLAMENTO EUROPEU



NEWSLETTER



Número 1

15 de Julho de 2011



MENSAGEM DO PRESIDENTE DE CABO VERDE

Caros Amigos,

No momento em que o Grupo de Amizade com Cabo Verde do Parlamento Europeu concretiza esta oportuna iniciativa de lançar o seu *News Letter*, apraz-me endereçar as mais cordiais saudações a todas as instituições europeias e, em especial, ao Parlamento Europeu e a todos os seus Deputados. Quero dirigir-me, em particular aos Membros do Grupo de Amizade com Cabo Verde, estendendo-lhes as calorosas saudações e a morabeza do Povo destas ilhas.

Esta mensagem é também de reconhecimento pela vossa amizade, solidariedade e acção profícua em prol do desenvolvimento de Cabo Verde. Gostaria que ela servisse igualmente de estímulo e encorajamento para uma contínua e frutífera participação no estreitamento das relações de amizade e cooperação existentes entre Cabo Verde e a União Europeia.

Cabo Verde e a União Europeia compartilham valores comuns relativos à Igualdade e Dignidade humanas, à Governação democrática e ao respeito pelos Direitos do Homem. A par da excelência das suas relações actuais, apraz-me constatar que existe um interesse mútuo no estabelecimento de relações mais fortes, entre o Parlamento Europeu e o Parlamento Cabo-verdiano.

As tradicionais e excelentes relações existentes entre Cabo Verde e a União Europeia têm-se revelado essenciais para o desenvolvimento do meu país, em todos os aspectos, e encarnam aquilo que classificamos de parcerias estratégicas. Trata-se de uma relação que foi crescendo e amadurecendo, a ponto de hoje ter atingido um patamar qualitativamente novo e impensável há pouco tempo atrás.

Refiro-me à Parceria Especial que abriu novas perspectivas de desenvolvimento e é detentora de muitas potencialidades a serem desenvolvidas. Esta relação é um exemplo paradigmático do quanto é possível inovar quando existe vontade política e confiança entre as partes.

Estes resultados foram conseguidos, porque, a par dos esforços para infra-estruturar o país, a estabilidade política e social foi também uma constante, desde os primeiros instantes do Cabo Verde independente, até ao presente. Creio que é este ambiente de estabilidade institucional, de paz social, de segurança e estabilidade que nos tem permitido e potenciado o desenvolvimento económico, social e humano, a que ansiosamente todos os cabo-verdianos aspiram.

Cabo Verde tem procurado aprofundar e desenvolver as potencialidades proporcionadas pelas relações de cooperação, de forma a encontrar as parcerias para o seu desenvolvimento e, passo a passo, tem revelado que com determinação e empenho o progresso é sempre possível. O grau de desenvolvimento, a que o nosso país atingiu hoje, decorre da forma como nos relacionamos com o mundo, através de uma diplomacia sensata ao serviço do desenvolvimento e da cooperação mutuamente vantajosa.

Pela nossa dimensão territorial, carência de recursos, expressão demográfica, mas principalmente pela experiência diplomática acumulada desde os tempos da luta de libertação nacional e pelo legado político de Amílcar Cabral, acreditamos que é possível e é mais vantajoso para todos buscar e encontrar saídas negociadas para os conflitos. Assim, o nosso país tem procurado ser útil à comunidade internacional, contribuindo para o diálogo e resolução de conflitos. Pois, com estabilidade política e social, o nosso país foi granjeando, ao longo dos anos, um capital proveitoso de credibilidade, de confiança e respeito.

A boa governação é outro património, responsável pela forma como determinamos os investimentos sociais e os ganhos conseguidos na macroeconomia. Temos procurado governar para o povo e aferir a qualidade da nossa democracia pelo grau de bem-estar que conseguimos proporcionar aos cabo-verdianos. Creio poder afirmar que somos um parceiro fiável e um destino de investimento atractivo e seguro. Na minha opinião, nas nossas relações com o mundo, a boa governação tem sido um dos trunfos para o seu sucesso.

As primeiras eleições multipartidárias foram preparadas e realizadas há duas décadas, num clima de perfeita normalidade e com um elevado grau de sinceridade e maturidade. O regime democrático está consolidado e a alternância democrática tem acontecido num clima de total tranquilidade. Porém, o processo democrático deve continuar a ser aperfeiçoado.

Vivemos num Estado de Direito Democrático inclusivo e é mister que o Estado continue a proporcionar um clima de transparência e de respeito pelas leis, estimulando a responsabilização individual e a autonomia do cidadão. Para isso tem-se propiciado o desenvolvimento da sociedade civil, através do reforço da responsabilidade cívica, do incremento da cultura institucional, da formação e cultura, bem como da democratização da educação.

Ultrapassada a fase de sobrevivência e de viabilização, temos novos desafios, novos riscos e novas ameaças pela frente. Estamos empenhados em evidenciar que o desenvolvimento e o progresso social são possíveis e estão ao nosso alcance. Outrossim, estamos certos de que, com trabalho e empenho acrescidos, é sempre possível fazer mais e melhor.

A actual classificação, como país de rendimento médio, acaba por ser o corolário das transformações que ocorreram a partir de 1975, ano da nossa Independência. Porém, com a graduação, muitos paradigmas mudaram, particularmente a filosofia da ajuda para o desenvolvimento. Tudo isto exige uma resposta adequada do Governo e das instituições, mas também implica mudanças comportamentais a nível da população. A graduação interpela igualmente a Comunidade Internacional a encontrar mecanismos apropriados de forma a apoiar os países graduados, mas ainda vulneráveis, a manterem o ritmo de desenvolvimento e a evitarem o retrocesso.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio já foram atingidos na sua maioria e prevê-se que sejam todos alcançados até 2015. Cabo Verde deverá prosseguir com o investimento na formação e qualificação dos seus recursos humanos. Deverá apostar nas inovações, continuar com as reformas nos domínios da vida pública e aproveitar todas as potencialidades e virtualidades da governação electrónica, da tecnologia de informação e serviços financeiros. Porém, tudo será mais fácil com o envolvimento e a participação interessada da sociedade cabo-verdiana.

Nesta caminhada árdua em busca de paz, de prosperidade e de bem-estar, Cabo Verde deposita muita confiança na parceria da União Europeia e no contributo das suas instituições e, igualmente, dos Cidadãos da União. Destaco aqui o lugar relevante que tem cabido aos Deputados do Parlamento Europeu, a quem dirijo uma homenagem respeitosa e muito merecida. Aproveito, enfim, a feliz ocasião para lançar um apelo amigável a que mais e mais Deputados se juntem aos Amigos de Cabo Verde.

Vida longa e muitos sucessos ao Grupo de Amizade com Cabo Verde do Parlamento Europeu!

Com Amizade,

Pedro Pires, Presidente da República de Cabo Verde

Praia, 27 de Junho de 2011



UM GRUPO DE AMIGOS DE CABO VERDE

Um grupo de deputados ao Parlamento Europeu das mais diversas nacionalidades e famílias políticas decidiu criar um fórum de ligação entre o Parlamento Europeu e Cabo Verde, chamando-lhe Grupo de Amigos de Cabo Verde. Este grupo visa fundamentalmente criar um canal de ligação entre o Parlamento Europeu e Cabo Verde, constituindo assim um fórum em que possam ser discutidas ideias e projectos de interesse comum.

Entre as iniciativas deste Grupo consta a presente *Newsletter*, que aqui conhece o seu número inaugural, e que terá uma natureza quadrimestral e distribuição exclusivamente electrónica. É uma primeira edição de monta! Contamos com o prestimoso contributo de Sua Exc. o Presidente de Cabo Verde, em final de mandato, que nos saúda calorosamente e nos brinda com uma pormenorizada e enriquecedora memória descritiva deste país.

Contamos ainda com dois excelentes artigos da Deputada Maria da Graça Carvalho sobre as duas parcerias actualmente vigentes entre a UE e Cabo Verde: a Parceria Especial e a Parceria Mobilidade UE/Cabo Verde. São dois importantes instrumentos de cooperação estratégica que aqui nos são dados a conhecer melhor.

Esta edição beneficia ainda de um excelente contributo da Exma. Sra. Embaixadora de Cabo Verde em Bruxelas, que proficuamente nos oferece um retrato do país nas várias vertentes, abordando a situação política e social e a situação económica, bem como a actual relação entre Cabo Verde e a União Europeia.

Finalmente, uma extensa lista dos últimos eventos e acontecimentos relevantes em Cabo Verde, bem como dos que aí se aproximam ajuda-nos a compreender melhor o desenvolvimento do país.

Mas as iniciativas deste Grupo de Amigos de Cabo Verde não se ficam pela presente folha informativa. Desde logo, o grupo pretende levar a cabo uma reunião anual em Bruxelas, fazendo juntar individualidades cabo-verdianas, como escritores, cientistas, académicos, músicos, etc., com representantes europeus, criando assim mais uma plataforma de integração, de conhecimento e de discussão. O Grupo pretende ainda organizar uma delegação a Cabo Verde, em ligação com as reuniões conjuntas da Parceria Especial, aproveitando essa oportunidade para estabelecer contactos com parlamentares de Cabo Verde.

É este o nosso projecto, que almeja acrescentar algo produtivo às relações entre a União Europeia e Cabo Verde, em especial ao nível parlamentar. É um

projecto para o qual estamos motivados e ao qual não deixaremos de dedicar os nossos melhores esforços.

Vital Moreira, deputado ao Parlamento Europeu (S&D)



UMA PARCERIA ESPECIAL ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E CABO VERDE

Introdução

O arquipélago de Cabo Verde, formado por 10 ilhas vulcânicas, 9 delas habitadas, situa-se aproximadamente a 550 km da costa oeste africana, e tem registado desde a sua independência em 5 de Julho de 1975, um progresso constante, e ao mesmo tempo um bom desempenho em termos de desenvolvimento humano e crescimento económico. No entanto, o país continua a ser economicamente vulnerável e, apesar dos avanços nas áreas sociais, persistem as desigualdades e a pobreza numa grande franja da sua população.

As relações entre a União Europeia (EU) e Cabo Verde (CV) estão enquadradas no Acordo de Cotonou de 2000, e foram reforçadas com a criação mais recente, de uma Parceria Especial da União Europeia com Cabo Verde (PE) e de uma Parceria para a Mobilidade (PEM) propiciando um quadro político para um diálogo e uma cooperação reforçados. O 10º. Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) em curso (2008 – 2013) é a principal fonte para apoiar a cooperação técnica e financeira entre a EU e CV. Aproximadamente 86 % dos fundos estão canalizados através do apoio ao OGE de CV para promover a redução da pobreza e o crescimento económico de maneira sustentável assim como para a promoção da PE, sendo o restante dedicado ao sector de água e saneamento e a projectos específicos em variadas áreas.

O conceito de "Parceria Especial União Europeia/Cabo Verde"

O conceito da PE está enunciado na Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, de 24 de Julho de 2007 e ao Conselho sobre o futuro das relações entre a UE e CV de Outubro de 2007. A PE foi adoptada a 19 de Novembro de 2007.

A PE tem um decurso evolutivo, e está baseada na identificação e promoção de interesses comuns, definindo objectivos gerais ambiciosos cuja consecução é seguida segundo as condições existentes. Uma característica inovadora é a

utilização do diálogo político como instrumento de conhecimento, concertação e aproximação das partes.

A PE representa uma abordagem política que ultrapassa a mera relação de dador-beneficiário e responde assim a outros interesses comuns em matéria de segurança e desenvolvimento. Inscreve-se no contexto da aplicação do Acordo de Cotonu e procura explorar todos os aspectos do Acordo que permitem definir um novo modelo de cooperação UE/CV.

A PE assenta-se no acordo de Cotonu e pretende aprofundar e alargar a cooperação entre ambas as partes, explorando novas pistas de relacionamento. Neste sentido, foi dada resposta ao desejo de CV ultrapassar o quadro das relações existentes, colocando-as num novo patamar e alcançar um grau de cooperação significativamente maior. A PE contempla seis áreas de acção prioritárias chamadas "Pilares".

Os 6 pilares da Parceria Especial

Boa governação

Atenção especial será dedicada à consolidação e ao aprofundamento da democracia, do Estado de direito e da participação da sociedade civil na vida política do país, bem como ao reforço do diálogo político e da cooperação, em especial em matéria de democracia e de direitos humanos. Será prestada uma atenção redobrada aos direitos das crianças e das mulheres, à integração dos imigrantes em situação regular e à luta contra a violência doméstica, ao sector da justiça e à sua reforma, incluindo a luta contra a corrupção, à reforma das finanças públicas, bem como na reforma e no reforço das capacidades da administração pública, nomeadamente no domínio estatístico, à prossecução das iniciativas destinadas a melhorar o quadro empresarial, a governação no domínio social e a boa gestão dos recursos naturais.

Segurança/estabilidade

Este pilar abrange principalmente as seguintes vertentes: a segurança e a luta contra a criminalidade organizada transnacional (cooperação no âmbito da luta contra o terrorismo, o tráfico de seres humanos e o tráfico de migrantes, o tráfico ilegal de droga e de armas e o branqueamento de capitais), promovendo o respeito pelos direitos humanos; a gestão eficaz dos fluxos migratórios, incluindo a melhoria da contribuição da diáspora cabo-verdiana para o desenvolvimento do país (remessas dos emigrantes), e a luta contra os fluxos ilegais; a segurança marítima. Pela sua natureza, as acções previstas no âmbito deste pilar só poderão ser organizadas e executadas numa base transfronteiriça e regional.

Integração regional

Este pilar abrange 2 eixos: ao nível das Regiões Ultra Periféricas da UE (RUP) a integração do espaço da Macaronésia, com o objectivo de melhorar a sua estrutura e aumentar o seu dinamismo e competitividade, está em consonância com a política da "vizinhança alargada".

Ao nível da África Ocidental, pretende-se acompanhar a integração de CV na África Ocidental, nomeadamente na CEDEAO. Um dos objectivos é promover o reconhecimento das características específicas de CV no âmbito do Acordo da PE e aquela organização regional. Assistir igualmente, na medida do possível, CV em relação aos Programas Indicativos Regionais (PIR) do FED para a África Ocidental.

Convergência técnica e normativa

Procura-se uma convergência de políticas em matéria técnica e normativa, de modo a facilitar a aproximação às normas da UE e tirar partido das vantagens comparativas de CV com vista ao seu desenvolvimento.

Sociedade do conhecimento

Este pilar destina-se a promover a evolução do país para a "sociedade do conhecimento". Atribui prioridade ao desenvolvimento económico, social e cultural, nomeadamente através da educação, da investigação, e da apropriação/desenvolvimento das tecnologias da informação.

Luta contra a pobreza e desenvolvimento

A componente "luta contra a pobreza" contribui nomeadamente para realizar os programas do Governo de CV no âmbito do seu documento de estratégia de crescimento e de redução da pobreza (DECRP). As actividades de luta contra a pobreza incluem a vertente da protecção do ambiente, a protecção dos recursos naturais e a preservação do meio marinho, incluindo a luta contra a poluição dos oceanos. O reforço da cooperação no âmbito do apoio à política nacional da pesca, e nomeadamente a luta contra a pesca ilegal, não regulamentada e não declarada, contribui para a gestão sustentável dos recursos marinhos e para a preservação dos recursos, em benefício da população local dependente da pesca.

Mecanismo institucional de acompanhamento da Parceria Especial

CV e a UE estabeleceram 3 níveis de concertação para acompanhar a PE:

- (a) A nível ministerial, a UE e CV reúnem-se uma vez por ano e com alternância em CV e na UE, num encontro de diálogo político e de impulso de iniciativas para a progressiva concretização dos objectivos prosseguidos.
- (b) A nível de Bruxelas, o Grupo Técnico de Seguimento (GTS), reúne-se semestralmente com a missão centrada na sensibilização e mobilização dos diversos serviços técnicos chamados a cooperar na implementação dos

pilares, revê o conjunto das actividades em curso e prepara a reunião ministerial.

(c) A nível da Praia, o Grupo Local de Seguimento (GLS), encarregado de dar seguimento ao diálogo político e monitorar a implementação da Parceria. Composto por uma parte pelos Chefes de Missão dos Estados Membros da UE e da Delegação da UE e por outra pela Administração cabo-verdiana, reúne-se regularmente sob proposta das partes.

Maria Graça Carvalho, deputada ao Parlamento Europeu (EPP)



PARCERIA MOBILIDADE UNIÃO EUROPEIA/CABO VERDE

A Parceria para a Mobilidade é um quadro político para um diálogo e uma cooperação reforçados com Cabo Verde no domínio da migração, que está focalizado em iniciativas concretas dos participantes. Inicialmente, a Parceria foi subscrita, pela parte europeia, pela União Europeia, Portugal, Espanha, a França e o Luxemburgo. Os Países Baixos aderiram posteriormente. Geralmente, estas iniciativas consistem numa oferta específica e concreta de diálogo e cooperação da União Europeia e dos seus Estados-Membros nos domínios da migração legal e da migração e desenvolvimento em troca de uma cooperação maior dos países terceiros nos domínios da luta contra a imigração ilegal e a readmissão.

Cabo Verde e a Moldávia foram escolhidos em 2008 para se tornar Estados-piloto para o estabelecimento pela UE de Parceria para a Mobilidade. No caso de Cabo Verde, a declaração conjunta foi adoptada em Luxemburgo em 5 de Junho de 2008.

Os elementos essenciais que figuram numa Parceria para a Mobilidade típica são:

- (a) A gestão da migração legal,
- (b) A migração e o desenvolvimento, e
- (c) A luta contra a imigração ilegal.

Uma parceria para a mobilidade é caracterizada pelos elementos seguintes:

A- Do lado do País terceiro,

O compromisso de readmitir efectivamente os seus próprios nacionais e estabelecer uma cooperação total à sua identificação;

O compromisso suplementar de readmitir, em circunstâncias claramente definidas, os nacionais de países terceiros e os apátridas chegados na UE pelo

território do país em causa, em outro caso, no âmbito de um acordo de readmissão UE;

Iniciativas que se destinam a desencorajarem as migrações clandestinas através de campanhas de informação orientadas;

Esforços para melhorar o controlo fronteiriço e/ou a sua gestão, com o apoio eventual da cooperação operacional com os Estados-Membros e/ou FRONTEX;

Esforços para melhorar a segurança dos documentos de viagem contra a fraude e a contrafacção, eventualmente pela utilização de dados biométricos e, em outro caso, a segurança dos documentos a apresentar para a obtenção da sua emissão (por exemplo, os papéis de identidade nacionais);

O compromisso de cooperar e proceder à troca de informações com as autoridades competentes dos Estados-Membros da UE, no intuito de melhorar a cooperação sobre os problemas de gestão das fronteiras e contribuir assim para reduzir os riscos para a segurança ligada às deslocações internacionais das pessoas;

Medidas e iniciativas específicas para lutar seriamente contra o tráfego de migrantes e o tráfico de seres humanos, conforme a Convenção do Conselho da Europa sobre a luta contra o tráfico dos seres humanos, dos protocolos relevantes da Convenção das Nações Unidas contra o crime transnacional organizado e/ou dos quadros regionais relevantes tais como o plano de acção de Ouagadougou de luta contra o tráfico dos seres humanos (União Africana/UE);

O compromisso de favorecer a criação de empregos produtivos e o trabalho decente e, de maneira geral, de melhorar o ambiente social e económico visto que pode contribuir para reduzir os estímulos à migração clandestina.

B- Por sua parte, a UE compromete-se a:

Mais possibilidades de imigração legal para os nacionais do país terceiro;

Assistência aos países terceiros a fim de ajudá-los a desenvolver a sua capacidade de gestão dos fluxos migratórios legais;

Medidas para fazer face ao risco de fuga dos cérebros e incentivar as migrações circulares ou as migrações de regresso;

Melhoria e/ou flexibilidade dos processos de emissão de vistos de curta estada aos nacionais de países terceiros.

A Parceria para a Mobilidade é concebida como um quadro evolutivo a longo prazo com base num diálogo político, que se desenvolve no âmbito geral das relações existentes entre a União Europeia e os seus Estados-Membros e Cabo Verde. Com este último, a UE que tem concluído uma Parceria Especial, a para a Mobilidade, encontra naturalmente o seu lugar no seio do Pilar Segurança e Estabilidade do primeiro. As agências comunitárias, em especial FRONTEX, estão implicadas na aplicação da parceria. Esta última continua aberta a qualquer outro Estado-Membro que deseje participar. A evolução da Parceria para a Mobilidade é objecto de um acompanhamento particular no

âmbito dos grupos de concertação entre a UE e Cabo Verde previstos pela Parceria Especial.

As realizações concretas da Parceria para a Mobilidade em Cabo Verde

Como exemplo, encontra-se a seguir, uma lista, não exaustiva, de algumas realizações concretas:

- A produção de um perfil migratório para o país que examina a situação em termos de movimentos migratórios faz um diagnóstico e apresenta recomendações;
- A negociação de dois acordos sendo um sobre a readmissão e o outro sobre a facilitação dos vistos;
- A abertura na Praia do Centro CAMPO com o objectivo de dar conselho aos candidatos migrantes para os países da EU, guiá-los nas suas pesquisas no mercado de trabalho europeu e para aqueles que queiram voltar ao país, facultar-lhes um acompanhamento de reintegração;
- A abertura na Praia de um Centro Comum de Vistos que recebe os pedidos de vistos Schengen para vários países da EU permitindo uma simplificação nos procedimentos administrativos e nos prazos de tratamento;
- A melhoria dos controlos fronteiriços aeroportuárias através, entre outros, da introdução da biometria. Cooperação na gestão das fronteiras na identificação documentaria e de viagem. Acordo de cooperação com a EUROPOL e FRONTEX;
- A implementação de um sistema de informação que permite aos candidatos emigrantes de conhecer os critérios de admissão e as modalidades de vagas existentes no mercado de emprego europeu;
- A implementação de uma gestão concertada de fluxos migratórios entre alguns países da UE e Cabo Verde na sequência da entrada em vigor de vários acordos bilaterais na matéria;
- A negociação, por vários Estados-Membros, de acordos sobre as migrações temporárias de trabalhadores;
- Acções de formação, em simultâneo, da polícia de fronteira e das unidades da Administração responsáveis pela gestão migratória, assistência técnica e a peritagem com vista a criação de um sistema de asilo conforme com as normas internacionais bem como da instauração de um sistema de acolhimento e acompanhamento dos imigrantes provenientes dos países terceiros.

Maria Graça Carvalho, deputada ao Parlamento Europeu (EPP)



CABO VERDE, UM PAÍS EM DESENVOLVIMENTO

Com uma existência, enquanto Estado Independente, de apenas 35 anos, Cabo Verde, o pequeno arquipélago situado a cerca de 500 Km da Costa Ocidental Africana, tem percorrido, de forma consistente, um notável percurso de crescimento económico e de desenvolvimento, percurso esse que lhe tem granjeado o epíteto de *caso de sucesso em África*. Abundam, nos dias que correm, estudos, artigos e citações a enaltecer o progresso em todas as áreas sociais e económicas que o país conheceu desde a independência em 1975 e, de forma particularmente intensa, na última década. Assim, o recente artigo colocado no site do SEAE apresenta o país nos seguintes termos:

“Cape Verde is a functioning multi-party democracy with a growing economy and falling levels of poverty. It managed the transition from a one-party system to a democracy 20 years ago, and has never looked back. The country is on track to achieve most of the Millennium Development Goals (MDGs). Some indicators, such as life expectancy which stands at 71 years, are now approaching EU levels.”

Com efeito, importantes conquistas foram realizadas na área social. Cabo Verde atingiu já quatro OMD (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio) e encontra-se bem posicionado para atingir os restantes quatro até 2015, prazo estabelecido pelas Nações Unidas. O país é detentor de um dos mais elevados índices de desenvolvimento humano (IHD) de África.

Num outro artigo publicado pela CE em 2010, escrevia-se: *“Cape Verde is an island nation. In recent years, its economic growth has chiefly been fuelled by tourism, and it has undergone a marked improvement in governance – not only economic governance, but also in terms of democracy, human rights and basic freedoms. In 2008, Cape Verde joined the group of middle-income countries and became a member of the World Trade Organisation. However, Cape Verde remains very vulnerable – it has scarcely any natural resources and, being almost totally barren, it is heavily dependent on imports. Development aid and money sent home by Cape Verdeans working abroad account for some 30% of its GDP. The global financial crisis has caused a drastic drop in foreign investment and income from tourism. Despite its economic success and remarkable democratic stability, Cape Verde still has far to go to eradicate poverty”.*

Esta outra citação, a mais de assinalar o sucesso na área económica e de governação, também destaca alguns outros aspectos que caracterizam o país, tais como a existência de uma grande diáspora espalhada pelos vários continentes, que muito tem contribuído para o seu desenvolvimento. Por outro lado, a persistência da pobreza que afecta ainda cerca de 27% da população e do desemprego estrutural que afecta particularmente a camada jovem, são apresentados como fragilidades maiores. Nós ainda

acrescentaríamos a qualificação profissional dos recursos humanos, a solução do problema da energia e o contínuo melhoramento das infra-estruturas, como outros três grandes desafios que o país precisa de vencer para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento até agora conseguido.

Enquanto pequeno país arquipelágico, sem recursos naturais e com uma população residente de menos de 500 mil habitantes, o que significa um mercado extremamente reduzido e uma economia frágil e aberta, baseada quase exclusivamente no turismo e outros serviços, Cabo Verde apresenta um elevado índice de vulnerabilidade. Além da vulnerabilidade económica, o país possui também um elevado índice de vulnerável ecológica e ambiental. Altamente exposto ao fenómeno das mudanças climáticas, Cabo Verde também sempre possuiu um regime pluvial muito irregular que alterna longos períodos de seca com curtas e aleatórias ocorrências de chuva, por vezes intensa, o que agrava a erosão dos solos e não poucas vezes provoca danos avultados.

Os relativamente elevados IDH e PIB per capita, constituíram os dois critérios que levaram à graduação do país para sair da lista dos PMA (Países Menos Avançados) e integrar o grupo dos chamados países de rendimento médio. Apesar de Cabo Verde não preencher o terceiro critério de análise, justamente o da vulnerabilidade, esse facto não impediu a sua graduação, pois que o preenchimento de 2 dos 3 critérios é suficiente para a decisão da ECOSOC. Constituindo a graduação, em si, algo positivo e encorajador, por reconhecer o trabalho realizado e poder gerar novas oportunidades, os países graduados mas vulneráveis como Cabo Verde, enfrentam um desafio colossal, devido à perda das condições favoráveis de acesso a donativos, a empréstimos concessionais e aos mercados para a sua exportação, o que pode pôr seriamente em causa os sucessos conseguidos. O retrocesso é um risco real e pode derivar da falta de suporte da comunidade internacional para ajudar os mesmos países a consolidar o seu processo de desenvolvimento.

Cabo Verde, que se encontra no final do período de transição de 3 anos (2008-2011) acordado pelo sistema das nações Unidas, está empenhado, juntamente com outros países não-PMA mas vulneráveis ou de rendimento médio baixo, em sensibilizar a Comunidade Internacional a identificar e adoptar novos instrumentos de financiamento adequados ao nível e aos esforços de desenvolvimento desses países. No caso concreto do nosso país, apelamos ainda à Comunidade Internacional no sentido de o período de transição ser alargado, pelo menos até 2015, para coincidir com o ano de referência para a prossecução dos ODM.

Situação Política e Económica

Ao **Nível Político**, o Estado de Direito Democrático está consolidado. Cabo Verde tem tido bom desempenho nas classificações internacionais em domínios como a democracia, as liberdades, a boa governação, a gestão

financeira, a corrupção. A sua conhecida estabilidade política, social e económica sempre constituiu um dos principais trunfos para a atracção de investimentos e de cooperação e para o desenvolvimento do país.

2011 e 2012 são anos eleitorais. As Eleições Legislativas aconteceram no dia 6 de Fevereiro. Apesar de já habitual, a forma democrática, transparente e ordeira como decorreu foi amplamente destacada ao nível internacional. O novo Governo tomou posse no início de Abril e vem implementando políticas para fazer face aos desafios identificados no Programa do Governo aprovado pela Assembleia Nacional. Decorrem neste momento as pré-campanhas para as eleições presidenciais que terão lugar a 7 de Agosto próximo; 4 candidatos disputam o pleito, sendo dois da esfera do partido no poder, o PAICV, o que não tem deixado de criar uma certa crispação política no seio daquele, um candidato apoiado pelo MPD e um cidadão até agora relativamente anónimo. Apesar de intenso, como em todas as disputas eleitorais em Cabo Verde, o aceso debate político jamais se transformou em motivo de preocupação no que à estabilidade política e social diz respeito. Em 2012, realizar-se-ão as eleições autárquicas, as 6^{as} desde a abertura do país a eleições livres e multipartidárias, em 1991.

Embora nunca fáceis de atingir, alguns consensos importantes em matérias de Estado têm resultado do diálogo entre a Situação e a Oposição. Em resultado, fez-se recentemente uma revisão consensual da Constituição e do Código Eleitoral. Vem-se trabalhando para uma descentralização administrativa mais ampla e efectiva tendo sido já aprovada a Lei-Quadro da Descentralização, que propõe uma nova morfologia do Estado e um novo Estatuto dos Municípios.

Quanto à **Situação Económica actual**, apesar dos efeitos negativos, particularmente sobre o turismo e a imobiliária, Cabo Verde aguentou bem a crise global. A avaliação do FMI de 2010 regista que *“O desempenho económico e financeiro de Cabo Verde mantém-se robusto e Cabo Verde geriu a crise global relativamente bem em virtude das prudentes políticas macroeconómicas e de uma reserva fiscal adequada que vinha crescendo durante os últimos anos e que serviu de amortecedor contra a crise”*. O documento considerou apropriada a estratégia de investimentos públicos nas infra-estruturas, a fim de ajudar a reduzir os custos da oferta e promover o desenvolvimento da indústria de exportação e, especialmente, do turismo.

Também o “Estado da Nação 2010” refere que o país manteve na última década taxas de crescimento robustas. O PIB cresceu em média 7,3% por ano entre 2006 e 2009, tendo sido de 10,1% em 2006. De 2000 a 2008, o PIB por habitante cresceu de 1.484 US\$ para 3.436 US\$, ou seja um crescimento de 132%. A inflação tem sido baixa, rondando 1% nos últimos anos. A crise internacional veio interromper essa expansão. Mas continuam sendo bons os índices de crescimento, prevendo-se um crescimento superior a 5% para 2011. Esta estimativa baseia-se na performance do final de 2009, quando as

remessas dos emigrantes aumentaram 1,7% e os sectores do Turismo e da Construção Civil mostraram sinais de recuperação. Espera-se para 2011 um reforço do investimento público e privado. Poderá haver um ligeiro aumento da inflação.

No plano geral, além das conhecidas vantagens comparativas, das quais se destaca a nossa localização geoestratégica, Cabo Verde apresenta algumas vantagens competitivas a valorizar e reforçar: a sua estabilidade política, económica e social; a existência de um quadro jurídico-legal sólido e de instituições que funcionam e são respeitadas; o reduzido grau de corrupção, são factores de peso que têm contribuído para o sucesso alcançado e continuarão a ser vitais para a consolidação e prossecução do desenvolvimento. No topo dessas vantagens encontram-se a Boa Governação e um sistema de gestão das finanças públicas moderno e transparente.

De entre outros factores positivos, são geralmente destacados também o bom nível de formação dos recursos humanos, apesar da deficiente qualificação profissional em determinados níveis, e a abertura e vontade de aprender do cabo-verdiano. Só para citar um exemplo ilustrativo, neste momento mais de 50% da população encontra-se de uma forma ou de outra ligado ao ensino e à formação, sendo uma vasta fatia constituída por trabalhadores-estudantes. Mais de 16 mil Cabo-Verdianos encontram-se a estudar em Universidades no país (mais de 10 mil) e no estrangeiro.

Uma outra vantagem competitiva mencionada por todos os analistas e agentes económicos é a Parceria Especial com a União Europeia e o Cambio Fixo (PEG) com o Euro, por via do Acordo de Cooperação Cambial, que tem funcionado muito bem. Por último, a existência de um quadro legal favorável à captação de investimento directo estrangeiro por via de incentivos fiscais, tem contribuído também para o bom desempenho económico de Cabo Verde. Como elementos de algum, mas ainda controlado stress económico, apontam-se o défice orçamental de 12,9% e a elevação do nível de endividamento do Estado, embora ainda dentro do limite comportável, em consequência do vasto programa de investimento público para contrariar os efeitos da crise e para aproveitar o período de transição para país de rendimento médio em que os créditos concessionais tornar-se-ão mais raros.

A Agenda de Transformação

Apesar dos enormes desafios como a pobreza, o elevado desemprego e problemas estruturais, onde se incluem o abastecimento de energia e água em condições de produção e distribuição optimizadas, a garantia de transportes marítimos mais eficientes, o melhoramento do estado do saneamento e do ambiente, entre outros, uma Ambiciosa **Agenda de Transformação** da economia e de modernização do país vem sendo implementada e preconiza:

- Continuar as profundas **reformas do Estado**, abarcando, designadamente, a segurança e a defesa nacional, as finanças públicas, a

justiça, a descentralização, a regulação, a segurança social, a governação electrónica e a administração pública;

- Expandir a base económica para transformar Cabo Verde num **centro internacional de prestação de serviços**, incluindo um turismo de qualidade e alto valor acrescentado e uma praça financeira;
- Desenvolver um “**Cluster do Mar**” que envolve as pescas, o turismo, os transportes, a reparação naval, a investigação, os desportos náuticos, a segurança marítima;
- Desenvolver um “**cluster**” das **tecnologias informacionais**. Os progressos feitos pelo país na construção da sociedade de informação e da governação electrónica, em particular, são factores encorajadores para os objectivos mais audazes que ainda se propõem;
- Desenvolver o sistema de **transporte Aéreo** e transformar Cabo Verde num Hub de passageiros e cargas entre a Europa, a África e a América do Sul;
- Equacionar o **desafio energético** e continuar a investir fortemente nas energias renováveis. As metas de 25% em 2011 e 50% em 2020 são perfeitamente atingíveis, tendo em conta o desempenho actual dos parques de energia eólica e fotovoltaica recentemente construídos no país;
- Aproveitar as oportunidades que a **cultura** oferece para desenvolver as indústrias culturais como parte do processo de transformação e de modernização;
- Promover o desenvolvimento do **sector privado e do empreendedorismo**. A expansão da base económica apela à necessidade de construir um sector privado forte que seja globalmente competitivo e possa conduzir os esforços de transformar e de internacionalizar a economia;
- Modernizar a **agricultura e a pecuária** e transformá-las num sector moderno e atractivo. São enormes os investimentos realizados para a mobilização da água e facilitação do acesso às tecnologias modernas de irrigação. A visível modernização das infra-estruturas rodoviárias em todo o território nacional vem contribuindo de modo significativo para a ampliação do mercado e dos circuitos de distribuição oferecendo mais oportunidades aos produtores. O desenvolvimento da indústria agro-alimentar articulando a agricultura com outros sectores dinâmicos como o turismo, é o passo que se segue;
- Continuar a investir em **infra-estruturas modernas**, incluindo estradas, portos e aeroportos, mas também infra-estruturas sociais para melhor servir as pessoas;
- Continuar a investir fortemente no **capital humano** para assegurar a base do **conhecimento** e uma nova cultura de **inovação** para as novas gerações e criar as capacidades necessárias para realizar a transformação e modernização do país. Foi já alargado o ensino básico obrigatório de 6 para 8 anos e a meta de futuro é o nível do 12º ano como ensino obrigatório. Mais de 100.000 crianças e adolescentes recebem refeições quentes nas escolas e muitos

estão de outro modo enquadrados pelos programas de saúde escolar e de ação social escolar, de apoio aos estudantes mais carenciados. Uma forte aposta na qualidade e no aumento da oferta caracteriza o ensino superior, onde a recém criada Universidade de Cabo Verde se evidencia no leque de um já significativo número de estabelecimentos superiores existentes no país.

- Re-estruturar o sistema de **formação profissional**, para fazer corresponder a oferta de uma mão-de-obra qualificada às reais demandas do mercado;
- Continuar a melhorar o **rendimento e o bem-estar** das famílias, com vista ao um crescimento e desenvolvimento inclusivos e de rosto humano; a redução da carga fiscal e as políticas redistribuidoras de rendimento, como o alargamento da segurança social a todas as categorias profissionais e a criação do seu ramo não contributivo, têm dado já frutos visíveis.
- Inserir **Cabo Verde no mundo** e construir uma **Nação Global**. Somos uma nação global com os cabo-verdianos presentes em todas as partes do mundo. A promoção da integração dos nossos emigrantes nas respectivas sociedades de acolhimento e a intensificação da participação da diáspora no processo de desenvolvimento de Cabo Verde são os principais objectivos nessa área. Faz parte desta preocupação igualmente a promoção da integração harmoniosa dos estrangeiros residentes em Cabo Verde.

No seu discurso de apresentação do Estado da Nação em 2010, o Primeiro Ministro José Maria Neves afirmou: *“O Estado da Nação é bom. Sabemos que há ainda problemas a resolver e que à medida que avançamos vão surgindo novos desafios. Há ainda manchas significativas de pobreza, há muito desemprego, muitos cabo-verdianos habitam em condições pouco dignas. Cabo Verde é hoje um país possível que está a crescer e tem condições para ganhar o futuro. O mais importante é que os cabo-verdianos têm hoje uma visão partilhada do futuro. Os cabo-verdianos ambicionam um país moderno, competitivo e desenvolvido, mais justo e mais igual”*.

Cabo Verde e o Mundo / Cabo Verde e a África

Cabo Verde pode e deseja ter um papel de país-ponte entre culturas e entre continentes. Sendo a própria Nação Cabo-Verdiana fruto do encontro de povos e de culturas, o Arquipélago foi, ao longo dos seus 5 Séculos e meio de História, uma referência obrigatória e de conexão no Oceano Atlântico. A nossa economia girou, sucessivamente, em torno do comércio triangular, da navegação marítima, para assistência a navios a vapor, e do tráfego aéreo, a partir de 1930. Hoje, a ponte é feita também ao nível político. A Cimeira CEDEAO – Brasil realizada na Ilha do Sal em meados de 2010, por iniciativa de Cabo Verde, é um exemplo disso. Na área cultural, a própria realidade socio-cultural das Ilhas e da sua Diáspora, de que uma das principais expressões é a música Cabo-Verdiana, tem sido um excelente instrumento para intensas trocas e complementaridades com a África Continental, a Europa e as Américas.

Cabo Verde vem reforçando nos últimos anos a sua integração na sub-região. Está mais activo na CEDEAO e na UA. A recente criação do IAO (Instituto para a África Ocidental), instituição virada para a investigação e estudo em matéria de integração, e do Instituto de Energias Renováveis da CEDEAO, ambos com sede em Cabo Verde, ilustram bem esta intensificação da busca de uma integração dinâmica na organização por parte do nosso país. Sobram, contudo, alguns aspectos a aperfeiçoar, nomeadamente a da real integração das ilhas nos projectos sub-regionais estruturantes e uma melhor gestão da livre circulação de pessoas e bens.

Esforços vêm sendo feitos para construir alianças a favor do desenvolvimento de Cabo Verde e para a sua inserção competitiva na economia global. A entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), a Parceria Especial com a União Europeia e a Parceria para a Mobilidade, a graduação para país de rendimento médio, o Millenium Challenge Account com os Estados Unidos da América, e as iniciativas no quadro da CEDEAO acima referidas, são exemplos disso.

Nos aspectos de segurança e gestão de conflitos e na promoção da paz e da democracia, temos estado muito activos. O mesmo, no tocante ao combate ao tráfico de droga e outras formas de crime organizado na sub-região, em que o papel de Cabo Verde tem merecido apreço generalizado da comunidade internacional e da UE em particular.

Cabo Verde e a União Europeia

Excelentes relações de amizade e cooperação ligam Cabo Verde e a União Europeia, por um lado, e Cabo Verde e vários Estados Membros da UE, de forma especial, por outro. Do ponto de vista jurídico-institucional, desde 1975 que Cabo Verde e a União Europeia se encontram ligados por via dos sucessivos acordos de Lomé e de Cotonou. Essas relações conheceram um novo impulso e se elevaram a um patamar superior, com o estabelecimento, em 2007, da Parceria Especial. A Parceria Especial constitui, acima de tudo, um espaço de diálogo político e deve ser um catalisador de todas as potencialidades para uma vasta cooperação em torno das áreas e questões de interesse mútuo.

Em relação à evolução sempre em crescendo das relações CV-UE, o primeiro artigo da SEAE atrás citado diz ainda o seguinte: *“Cape Verde is a genuine African success story. The EU has contributed to this success not just with classical projects in water and sanitation, infrastructure, health and other sectors, but above all with the provision of budgetary support to the Government of Cape Verde, for the implementation of its poverty reduction strategy. Cape Verde is considered a model case in the effective use of budget support, as it has consistently improved its public finance management systems.”*

E o recente artigo de 2011 diz mais: *“Our partnership is based on shared values, especially democracy and human rights, and also shared interests, such as protecting*

ourselves against illegal trafficking, in particular of cocaine. Because Cape Verde is a model country in so many ways, it has a particular value and role to play as positive example.

In the light of Cape Verde's rapid progress and its changing and evolving development challenges, in 2007 the EU upgraded its cooperation to that of a Special Partnership. The Special Partnership has since then been the cornerstone for our relations with Cape Verde. Its key features are a deep and broad dialogue, combined with broad cooperation covering a range of areas from security, to mobility and poverty alleviation. Most recently a Cape Verde-EU meeting at Ministerial level took place in Cape Verde, on 6 June 2011. It was the fourth such meeting since the Special Partnership began.

Such Special Partnerships – like this one between Cape Verde and the EU – may well point the way to the future, as to how best to partner with a resurgent, confident and rapidly developing African continent”.

A intensificação da cooperação com as RUP atlânticas, designadamente os Açores, a Madeira e as Canárias, tem constituído um outro vector dessa cooperação com grandes potencialidades mutuamente vantajosas. A realização em Dezembro de 2010 da Cimeira da Macaronésia e outras acções comuns inscrevem-se nesse quadro e buscam a consolidação de relações especiais forjadas naturalmente pela proximidade geográfica e pelas semelhanças geo-morfológicas e sócio-culturais.

A implementação dos excelentes resultados da última reunião de alto nível realizada na Praia a 6 de Junho corrente e co-presidida pelo Ministro das Relações Exteriores de Cabo Verde, Sr. Jorge Borges, e pelo Secretário Geral Executivo dos SEAE, Sr. Pierre Vimont e a elaboração do Livro Branco para a Convergência Técnica e Normativa, são as questões da ordem do dia no quadro da parceria especial CV-UE.

Glossário

CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
FMI	Fundo Monetário Internacional
MPD	Movimento para a Democracia
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAICV	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
PMA	Países Menos Avançados
RUP	Regiões Ultra Periféricas da UE
SEAE	Serviço Europeu de Acção Exterior

Maria de Jesus Mascarenhas, Embaixador de Cabo Verde na União Europeia

AGENDA

A Cimeira da Macaronésia em São Vicente (Dezembro de 2010)

No dia 12 de Dezembro de 2010 o Governo de Cabo Verde realizou em Mindelo, ilha de São Vicente, a Cimeira dos Arquipélagos da Macaronésia que visou principalmente a institucionalização de um espaço de diálogo e de cooperação regional da Macaronésia. Desta cimeira, que contou com a presença dos representantes governamentais das Canárias, Açores e Madeira, e que foi apadrinhada pelos Governos de Espanha e de Portugal, resultou a confirmação de uma vontade política dos quatro arquipélagos em ampliar as relações de cooperação através da constituição de uma parceria estratégica nos mais diversos sectores de interesse comum, e sustentada por uma maior articulação de instrumentos que maximizam as sinergias entre os arquipélagos europeus e Cabo Verde.

O acolhimento da Cimeira da CEDEAO e a Cimeira CEDEAO – Brasil

Cabo Verde acolheu com êxito em Julho de 2010 na ilha do Sal, a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO que contou com a presença excepcional dos Chefes de Estado e de Governo de todos os países que integram esta organização oeste africana. De seguida, o país acolheu a I Cimeira Brasil-CEDEAO, apadrinhada pelo Presidente Lula da Silva e apoiada pelos membros da CEDEAO.

O acolhimento da Sede de instituições da CEDEAO

O país foi escolhido recentemente para acolher as Sedes de duas importantes instituições regionais desta organização: o Instituto da África Ocidental (IAO) e o Centro Regional de Energias Renováveis.

A inserção de Cabo Verde no mundo

Esforços foram desenvolvidos para construir alianças a favor do desenvolvimento do país e para a sua inserção competitiva na economia mundial. Assim, a entrada do país na OMC, o estabelecimento da parceria especial com a União Europeia, o acordo da Parceria para a Mobilidade com a União Europeia, a graduação para país de rendimento médio e a selecção do país para beneficiar do programa *Millenium Challenge Account* com os EUA são citados como exemplo dos progressos alcançados recentemente.

Estabelecimento da Parceria Especial entre Cabo Verde e União Europeia – cronologia dos acontecimentos

- Decisão da Comissão Europeia em criar uma “*Task-Force CV-UE*”, Nov.2005
- Resolução do Parlamento Europeu de 19.01.2006 sobre a PEV
- Criação do Grupo de Trabalho Conjunto CV-PT (antigo Grupo de Trabalho Paritário)

- Criação do Mini - Grupo Dublin para Cabo Verde – primeira reunião realizada na Praia no dia 7 de Julho de 2006, quarta reunião em Dezembro de 2007 – recomendações concretas enviadas ao Grupo Central em Bruxelas sobre as medidas de reforço da Segurança Nacional
- Aprovação em Lisboa pelo Conselho Europeu, da Comunicação e do Plano de Acção da CE sobre o futuro das relações entre a UE e CV (19/11/07)

Parceria para a Mobilidade entre CV e UE

10 de Dezembro de 2007, o Conselho dos Ministros dos Assuntos Internos e da Justiça da União Europeia da UE, escolheu Cabo Verde juntamente com a Moldávia para o projecto-piloto da Parceria para a Mobilidade.

05 de Junho de 2008, assinatura da Declaração da Parceria para a Mobilidade entre Cabo Verde e quatro Estados Membros (Portugal, Espanha, França e Luxemburgo). A Holanda aderiu à Declaração em Novembro/11. Esta parceria visa desenvolver as seguintes acções: **(i)** Introdução da biometria; **(ii)** Reforço das capacidades institucionais; **(iii)** Segurança e ordem pública; **(iv)** Luta contra a fraude documental; **(v)** Fiscalização das águas territoriais, patrulhamento e salvação; **(vi)** Mobilização de competências cabo-verdianas para o desenvolvimento do país e desenvolvimento solidário; **(vii)** Política de asilo e refugiados.

A 23 de Março de 2011, assinatura do acordo entre Cabo Verde e União Europeia sobre certos aspectos dos serviços aéreos, criando condições para que um número cada vez mais alargado de companhias aéreas dos países membros da UE possam voar para Cabo Verde e fomentar ainda mais o mercado turístico cabo-verdiano em franca expansão.

Janeiro de 2011, assinatura em Bruxelas do acordo entre Cabo Verde e a Frontex para o reforço da cooperação no sector da segurança.

Eventos em perspectiva:

Assinatura para breve do Acordo de readmissão e de facilitação de vistos entre CV e União Europeia, estando as negociações em fase avançada de conclusão neste momento.

Assinatura do acordo de pescas entre Cabo Verde e União Europeia. O mesmo já foi rubricado por ambas as Partes, aguardando neste momento apenas a assinatura formal.

Embaixada de Cabo Verde em Bruxelas